



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Informações básicas

Processo nº: 01245.023542/2022-64

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Divisão de Serviços Gerais - DISEG-COLOP-CGRL-DAD

Objeto da futura contratação: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de copeiragem, com execução mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de copeira (o), garçom/garçonete, auxiliar de serviços gerais e encarregado geral, a serem executados de forma continuada, com fornecimento de mão de obra e os materiais de limpeza, de consumo e de insumos, necessários à execução do contrato, em regime de empreitada por preço global, objetivando atender às necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Sumário

1. Introdução
2. Descrição da Necessidade
3. Área Requisitante
4. Descrição dos Requisitos necessários ao atendimento da necessidade
5. Levantamento de Mercado
6. Descrição da solução com um todo
7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas
8. Estimativa do Valor da Contratação
9. Estimativa do Valor da Contratação
10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes
11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento do Órgão
12. Resultados Pretendidos
13. Providências a serem adotadas
14. Possíveis Impactos Ambientais
15. Declaração de viabilidade
16. Da Participação ou não de Cooperativas
17. Da participação ou não de Consórcio

1. Introdução

Os Estudos Preliminares devem ser realizados anteriormente às contratações, visando a análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A Equipe de Planejamento, designada pela PORTARIA MCTI Nº 6691, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022, publicada no - BOLETIM DE SERVIÇO Nº 23 SUPLEMENTAR 2 | BRASÍLIA, 23 DE DEZEMBRO DE 2022 | MCTI, elaborou os Estudos Técnicos Preliminares para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto na IN SEGES/MPDG nº 40/2020.

Neste contexto, o presente documento apresentou, os estudos preliminares, realizados pela equipe de Planejamento da Contratação que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, consideradas todas as etapas previstas no Art. 24, § 1º, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

2. Descrição da necessidade

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação para o atendimento de demanda formalizada pelo Documento de Formalização de Demanda DISEG (10697651).

Pois, devido a impossibilidade de renovação com atual prestadora desse serviço, a empresa SUPRITECH SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., cujo objeto é a prestação dos serviços de copeiragem e garçonomia, que não vem cumprindo com as exigências contratuais pactuadas com este Ministério, o que gera o risco de descontinuidade dos serviços, essenciais ao cumprimento da missão do MCTI, tornou-se imperiosa a abertura de novo processo licitatório, considerando o caráter de natureza continuada do serviço.

A presente contratação tem por finalidade garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua, eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da administração.

A condição de contratação dos serviços terceirizados de copeiragem e garçonomia, com fornecimento e dedicação exclusiva de mão de obra uniformizada, material de consumo, equipamentos e utensílios dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, fundamenta-se no propósito da manutenção das condições mínimas para os servidores desempenharem suas atividades.

O MCTI necessita assegurar a continuidade dos serviços de copeiragem e garçonomia, pois este serviço é imprescindível, tendo em vista, a necessidade efetiva do bem-estar dos servidores, autoridades, prestadores de serviços, visitantes e demais pessoas que frequentam a Pasta, contribuindo para a que as instalações da copa estejam em perfeitas condições de higiene e zelo do patrimônio público.

Ademais o MCTI dispõe de instalações, equipamentos e ferramentas para o preparo dos insumos, guarda e armazenamento dos materiais necessários à prestação dos serviços, possui também bebedouros distribuídos pelas edificações que necessitem ser abastecidos.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Os cargos extintos ou em extinção são passivos de ser objeto de execução indireta, portanto, sem fugir à regra, os serviços desejados devem ser executados por profissionais cujos cargos encontram-se atualmente extintos ou em extinção no quadro de pessoal do MCTI, impossibilitando esta entidade de preencher esta lacuna por meio de concursos públicos, restando à Administração, a terceirização dos serviços em apreço.

Esse entendimento é corroborado pelo TCU, que considera que “o processo de terceirização, devidamente manejado, pode ser eficiente meio de modernização da estrutura estatal, com a privatização, a parceria público-privada, a flexibilização, a desregulamentação, a permissão e a concessão. Todas as medidas que visam um modelo de Estado menos executor e mais fiscalizador. Assim, cada caso deve ser examinado particularmente, evitando-se a presunção equivocada de que qualquer atividade que destoe daquelas consagradamente aceitas como passíveis de terceirização (segurança, limpeza, copeiragem, etc.) esteja impossibilitada de ser executada de forma indireta”. (Acórdão nº 256/2005 TCU-PLENÁRIO).

Pontua-se ainda que o MCTI utilizou-se e utiliza-se dos serviços terceirizados em apreço, conforme Contrato nº 02.0007.00/2017, o qual está com término previsto para 19 de junho de 2022, não havendo possibilidade de prorrogação, em razão de ter atingido o limite de 60 (sessenta) meses, na forma prevista no do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Não se enxerga, no presente caso, a necessidade de formalização de consórcio para atingir-se a finalidade do contrato, pois não existem impedimentos de ordem técnica ou razões econômico-financeiras para que uma única empresa execute a totalidade dos serviços ora executados.

A administração espera com a contratação em tela propiciar melhor atendimento aos servidores, colaboradores e visitantes do MCTI e que os servidores mantenham exclusiva dedicação às atividades fins que lhe competem. Pretende-se alcançar, assim, a conciliação entre os menores custos possíveis da contratação e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

3. Área requisitante

Requisitante: Divisão de Serviços Gerais

Responsável: Glauco Silva da Paz

4. Descrição dos Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

Os serviços de copeiragem deverão ser realizados nas instalações do MCTI, localizados na: Esplanada dos Ministérios Bl. E, Esplanada dos Ministérios Bl. A, 6º andar, SEPN 507, Lt 02 Asa Norte e Setor Policial Sul.

O licitante deverá colocar à disposição do MCTI funcionários com, no mínimo, ensino fundamental, capazes de ler e interpretar rótulos de materiais de limpeza, comunicados, avisos e advertências que eventualmente receba.

O licitante deverá comprovar, por meio de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato de serviços continuados em quantidades compatíveis com a necessidade definida pelo MCTI.

O licitante deverá apresentar os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

No edital deverá ser prevista a adoção da Conta-Depósito Vinculada, nos termos do Art. 18, §1º, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

A Contratada deverá designar preposto para manter um canal de comunicação direto com a Contratante. O preposto deverá estar sempre disponível para dirimir quaisquer problemas, quando necessário, e em tempo hábil.

Estabelece-se aqui uma a obrigatoriedade da necessidade de uma visita mensal do preposto para verificar o andamento do Contrato.

Caso a Contratada não possua sede, representação ou escritório no Distrito Federal, é necessário um canal de comunicação direto com o preposto e que ele esteja disponível para dirimir quaisquer problemas, quando necessário, e em tempo hábil.

Da Natureza dos serviços

O serviço é classificado como de natureza continuada, por força do disposto no Art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Ademais, os serviços de copeiragem, quando contratados de forma continuada, revelam-se menos onerosos para a Administração, haja vista a possibilidade de a empresa Contratada poder diluir o custo dos insumos empregados na prestação dos serviços em uma quantidade maior de meses, o que minimiza o custo mensal do contrato.

Crítérios e práticas de sustentabilidade

Manter programa interno de treinamento, com vistas a otimização e economia de recursos e redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como: o uso racional da água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos sólidos e materiais recicláveis, e observar as normas vigentes, devendo ainda a Contratada:

a) orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;

b) utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

b.1) A comprovação do disposto acima poderá ser realizada mediante apresentação de declaração da Contratada, assinalando que cumpre com os critérios ambientais exigidos.

c) Atender, no que couber, o disposto no Decreto nº 7746/2012, que regulamento o Art. 3, "caput" da Lei nº 8.666/93, a Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010, a legislação e as normas ambientais no que incidir.

O disposto no item anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências como: vazamentos, problemas em tomadas, entupimentos ou da necessidade de reparo/manutenção de estruturas e equipamentos.

Atender à política de tratamento de resíduos sólidos, utilizando recipientes para a coleta e descarte seletivos, nas cores definidas pelas legislação vigente.

Não utilizar produtos que contenham o benzeno em sua composição, conforme Resolução -RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003.

O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo MCTI ao órgão fiscalizador do Governo do Distrito Federal ou do Governo Federal.

Duração inicial do Contrato

A contratação inicial será de 12 (doze) meses, período padrão para a análise da qualidade dos serviços prestados e decisão de continuidade com a Contratada. A vigência contratual poderá ser prorrogada por iguais e sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que prescreve o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Da transferência de tecnologia e técnicas empregadas

Por se tratar de serviços simples, não há, a priori, a necessidade de transferência de conhecimento ou tecnologia empregadas. Caso haja inovações detectadas no decorrer do contrato, estas poderão ser internalizadas para conferir uma maior eficiência à avença.

Da Solução de mercado

O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desde tipo de serviço para o setor público.

Dos postos de serviços vinculados à contratação

Os serviços serão realizados de acordo com os horários e atividades do MCTI, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas e o horário de funcionamento é das 7h às 22h. Poderão ocorrer a prestação de serviços aos sábados, desde que não ultrapasse as 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, assim dispostas:

a) Garçom - CBO nº 5134-05;

b) Copeira - CBO nº 5134-25;

c) Auxiliar de Serviços Gerais - CBO nº 5134-20

d) Encarregado CBO nº 4101-05

Do CATSER

Código de Serviços - CATSER/SIASG - (14397)

Da Convenção Coletiva indicada para o cálculo do valor estimado

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022, celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10 E SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, sob o Número de Registro no MTE: DF000015/2022

Da garantia

Há a exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;

Da declaração de conhecimento

A licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. Levantamento de Mercado

Para esta contratação serão observadas as orientações contidas na Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, e alterações posteriores. Este padrão de contratação e prestação do serviço já é utilizado neste órgão, considerando o contrato atual de copeiragem, conforme normas e padronizações propostas, adequadas à realidade desta unidade administrativa.

Dos potenciais fornecedores

Com relação ao mercado, fez-se levantamento de empresas que, a princípio, teriam condições de atender a demanda do órgão. Tem-se que a lista, não exaustiva, apresenta boa quantidade de possíveis fornecedores, indicando pela competitividade natural do mercado, variável relevante na obtenção de preços adequados ante a contratação. Listou-se os potenciais fornecedores:

BARCELO EVENTOS EIRELI;
M D L SERVICOS GERAIS LTDA;
NACIONAL SERVICOS INTEGRADOS LTDA;
CONTATO SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO EIRELI;
G M CARVALHO UNIPessoal LTDA;
ESPLANADA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI;
M&C PRESTADORA DE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA;
INOVAR SERVICOS DE MANUTENCAO E APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI;
ZK CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA;
VISAN SERVICOS TECNICOS ADMINISTRATIVOS TERCEIRIZADOS LTDA;
CENTRO-OESTE ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI;
REAL JG FACILITIES LTDA;
SOLLO CONSTRUcoes E SERVICOS LTDA;
JDR SERVICES LTDA;
SUPRITECH SOLUCoes AMBIENTAIS LTDA;
CLEAN4 SERVICOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS EIRELI;
IMPERIO SERVICOS LTDA;

Além disso, buscou-se contratações similares no Pannel de Preços da Administração Pública para padronizar as especificações e obter uma estimativa do valor da contratação. Para isso, filtraram-se as compras realizadas nos últimos 12 meses.

Foram realizadas pesquisas, no que tange às contratações para o objeto de serviços de copeiragem promovidas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de ser verificada a existência de soluções compatíveis/similares que venham a dar suporte à escolha da solução com o atendimento dos requisitos e das necessidades constantes do presente estudo.

E dessa análise, dentre as alternativas de possíveis soluções de mercado para a contratação em tela, esta equipe obteve os seguintes documentos SEI: Contrato nº 07/2022 do Ministério Público Federal - MPF (10724369); Contrato nº 05/2021 Câmara Legislativa do Distrito Federal (10724394); Contrato nº 01/2022 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP (10715919); Contrato nº 052/2020 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (10715935); Contrato nº 14/2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (10715960); Contrato nº 20/2020 do Ministério da Cidadania (10715990); Contrato nº 18/2022 da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (10715996); Contrato nº 20/2022 do Ministério da Infraestrutura - MINFRA (10716009); Contrato nº 22/2022 da Presidência da República (10716020); e Contrato nº 9/2022 do Ministério de Minas e Energia - MME (10716032). Tais contratos demonstram como estão sendo contratados os serviços de copeiragem, no âmbito da Administração Pública Federal e o Distrito Federal. E desse modo, dentre as formas de mensuração, fica evidente que mais comumente utilizada é:

Do modelo de mensuração

O modelo de Contratação com pagamento por posto de trabalho conforme constante do Anexo V, item 2.5, alínea d1.2. da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017.

A solução proposta como unidade de medida para a mensuração dos resultados por postos de trabalho, justifica-se devido à viabilidade da flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, sem que haja permissão de horas extras e por ser método comumente utilizado nas contratações de objeto igual ou similar, conforme excepcionalidade prevista na alínea d.1.3. do item 2.6 do Anexo V, da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, devido as seguintes características:

- Impossibilidade de estabelecer critério de medição de resultado que não seja por posto de trabalho, em razão das atividades a serem desempenhadas não permitirem o adequado cálculo numérico;
- Possibilidade de flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente; e
- Por ser modelo comumente utilizado por todos os entes pesquisados.

Das possíveis soluções

Após a avaliação das soluções encontradas no mercado verificou-se os seguintes modelos:

a) Contratação por meio de agrupamentos de itens:

- Dívida em itens: Item 1-Serviços de copeiragem, com o fornecimento de uniforme e EPIs e Item 2-Fornecimento de materiais de limpeza e consumo sob demanda:

b) Contratação de itens em separado:

- Contratação segregada: Contrato 1- Posto de Trabalho e Contrato 2- Fornecimento de materiais e insumos para a execução dos serviços.

c) Contratação em grupo único:

- Contratação única dos serviços de copeiragem com todos os insumos e materiais necessários incluídos.

Da escolha da solução

Da análise, inferiu-se que a contratação de serviços de copeiragem, agregado ao fornecimento dos materiais de limpeza, insumos, uniformes e EPIs, proporcionará maior eficiência e economicidade da gestão, melhorará o controle e fiscalização do contrato, uma vez que, as despesas pertinentes aos materiais e insumos incluídos na execução dos serviços são integrados ao contrato, o que gera ganho de eficiência para a execução do serviço, e por não interessar ao MCTI a aquisição e compra dos materiais e insumos pertinentes aos serviços de copeiragem. Ao ter que adquirir os produtos necessários aos serviços de copeiragem, deverá ser disponibilizado: local para guarda, pessoal para a conferência da entrega, controle de estoque e validade dos gêneros alimentícios. O Modelo proposto implica em receber mensalmente apenas o necessário para a prestação dos serviços e consumo do MCTI, o que evita que haja aquisição e pagamento de materiais, insumos e equipamentos em processos separados e anuais.

6. Descrição da solução com um todo

Dessa forma, considerando o apresentado no item acima, a descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de de copeiragem por meio da mensuração de postos de trabalho, compreendendo os itens:

- 1-copeiro(a);
- 2-Garçom/(Garçonete);
- 3-Auxiliar de Serviços Gerais; e
- 4-Encarregado(a) Geral,

Incluindo o fornecimento dos materiais e dos insumos necessários a execução dos serviços.

Os postos de trabalho serão distribuídos em turnos, observado o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de acordo com a escala de serviço da Contratada e considerando o horário de funcionamento do MCTI.

Não será permitida a prorrogação da jornada de trabalho ou prestação de serviço durante o período de descanso.

Para a cotação de preços, deverão ser observados os pisos salariais das respectivas categorias, fixados em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O horário estabelecido para prestação dos serviços poderá ser alterado, independente de termo aditivo, desde que obedecida a carga horária regulamentada por legislação vigente e mediante aprovação por parte da Contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

As definições ou padrões para instruir os quantitativos são basicamente baseados na atual contratação (Contrato nº 08/2022) do Processo nº **Processo nº** 01245.018080/2021-82: Estes quantitativos poderão variar, dependendo principalmente das necessidades de serviço de cada setor, das reformulações institucionais, da criação de setores, dos eventos internos, dentre outras. Desta forma definimos abaixo a justificativa para cada posto instalado, conforme execução anterior constantes da tabela abaixo:

Nome do Órgão/Entidade participante: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações						
Código de UASG: 240101						
Endereços	Quantidade de andares	Quantidade de copas	Identificação do(s) andar(es)	População Fixa	População Flutuante	Fonte de dados
Esplanada dos Ministérios Bl. E	7 andares	14 copas	Garagem, Térreo, Sobreloja, 2º ao 9º	1400	300	PPCI
Esplanada dos Ministérios Bl. A	1 andar	2	6º andar	100	20	Estudo Preliminar
SEPN 507, Lt 02 Asa Norte	7 andares	7 copas	Garagem, térreo, 1º Subsolo, 1º ao 4º	900	100	Estudo Preliminar
Setor Policial Sul	5 Blocos	4 copas	Térreo (Bloco E e Bloco E)	500	100	PPCI

Foi levado em consideração a população fixa e flutuante de cada edifício a ser atendido, o quantitativo de copas e horário de funcionamento de cada prédio, assim como foi realizado a distribuição dos postos de trabalho da seguinte forma:

COPEIRA (O)							
Copas-Bloco E	Quantidade	Copas-SEPN 507 Norte	Quantidade	Copas- Bloco A	quantidade	Copas-SPO	Quantidade
5º Andar (SEXEC)	2	4º andar	2	6º andar	4	Bloco B	1
4º Andar (GABMI)	3	3º andar	2			Bloco E	1
3º Andar	2	2º andar	2			Bloco F	1

2º Andar	2	1º andar	2			Bloco R	1
Sobre Loja	2	Térreo	2			Bloco S	1
Térreo	2	1º subsolo	1				
Garagem	1	2º subsolo	1				
TOTAL	14	TOTAL	12	TOTAL	4	TOTAL	5
GARÇOM/GARÇONETE							
Bloco E	Quantidade	SEPN 507 Norte	Quantidade	Bloco A	Quantidade	SPO	Quantidade
5º Andar (SEXEC)	4	4º andar	2	6º andar	4	Bloco B	
4º Andar (GABMI)	5	3º andar	2			Bloco E	
3º Andar	2	2º andar	2			Bloco F	
2º Andar	2	1º andar	1			Bloco R	
Sobre Loja	2	Térreo	1			Bloco S	
Térreo	1	1º subsolo					
Garagem	0	2º subsolo					
TOTAL	16	TOTAL	8		4		
Bloco E	Quantidade	SEPN 507 Norte	Quantidade	Bloco A	Quantidade	SPO	Quantidade
Auxiliar de Serviços Gerais	1	Auxiliar de Serviços Gerais	1				
	Quantidade		Quantidade		Quantidade		Quantidade

Grupo	Item	Descrição	Quantidade total				
			Esplanada Bloco "E"	Esplanada Bloco "A"	SEPN 507 BL B - Asa Norte	(Setor Policial Sul)	TOTAL
01	01	Copeira (o)	14	04	12	05	35
	02	Garçom/Garçonete	16	02	10	-	28
	03	Auxiliar de Copa	01	-	01	-	02
	04	Encarregado (a)	01	-	01	-	02
	Total						67

8. Estimativa do Valor da Contratação

Foi realizada pesquisa de preços referenciais de acordo com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, conforme documentos, sendo respeitados os parâmetros previstos nos incisos do art. 5º, envolvendo predominantemente as contratações similares de outros entes públicos para que os valores reflitam em vantagem para a Administração.

A pesquisa tem caráter preliminar, uma vez que nos estudos preliminares os valores representam o momento e da pesquisa de preços, e esta não é interrompida, mas continua até a confecção do Termo de Referência que indicará os valores finais para a contratação.

Desse modo, foi elaborada a planilha comparativa de preços (10716060) no qual constam os valores médios, medianos e de menor preço. Da qual fora escolhida, preliminarmente a mediana, por esta representar o número central de uma lista de dados organizados de forma crescente ou decrescente, sendo uma medida de tendência central ou, de centralidade. Ou seja a mediana é o valor do meio ou, que representa o meio, de uma cesta de preços.

Os dados poderão variar e ser utilizado outra metodologia das constantes do Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 de acordo com o amadurecimento da equipe de planejamento da contratação.

Para a composição da pesquisa de preços foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Contrato nº 01/2022 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP (10715919);
- Contrato nº 052/2020 da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (10715935);
- Contrato nº 14/2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (10715960);
- Contrato nº 20/2020 do Ministério da Cidadania (10715990);
- Contrato nº 18/2022 da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (10715996);
- Contrato nº 20/2022 do Ministério da Infraestrutura - MINFRA (10716009);
- Contrato nº 22/2022 da Presidência da República (10716020); e
- Contrato nº 9/2022 do Ministério de Minas e Energia - MME (10716032).

COMPARATIVO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS DE COPEIRAGEM - MEDIANA

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTITATIVO	Contrato nº 1/2022 - CNMP	Contrato nº 52/2020 - SSP-DF	Contrato nº 14/2020 - MDR	Contrato nº 20/2020 - Ministério da Cidadania	Contrato nº 18/2022 - ANTT	Contrato nº 20/2022 - MINFRA	Contrato nº 22/2022 - Presidência da República	Contrato nº 9/2022 - MME	VALOR N
-------	------	------------------------	--------------	---------------------------	------------------------------	---------------------------	---	----------------------------	------------------------------	--	--------------------------	---------

ÚNICO	1	Copeira	42	R\$ 4.467,82	R\$ 3.543,18	R\$ 3.992,18	R\$ 3.367,61	R\$ 6.400,00	R\$ 4.232,08	R\$ 3.666,02	R\$ 4.096,55	R\$
	2	Garçom	38	R\$ 5.201,82	R\$ 4.605,36	R\$ 5.296,41	R\$ 4.473,43		R\$ 5.439,49	R\$ 4.870,01	R\$ 5.305,81	R\$
	3	Auxiliar de serviços gerais	3							R\$ 3.637,89	R\$ 4.084,05	R\$
	4	Encarregado	3	R\$ 6.419,13		R\$ 6.387,09			R\$ 8.064,49	R\$ 7.471,28	R\$ 6.623,78	R\$
VALOR MENSAL												R\$
VALOR ANUAL												R\$

9. Justificativa para o Parcelamento ou não do objeto

Apesar de a regra a ser observada pela Administração nas licitações ser o parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

De acordo com o Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário “deve ser evitado o parcelamento” de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, **copeiragem**, garçom, etc., sendo objeto de parcelamento os serviços apenas aos que reste comprovado, que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática.

Ainda os serviços configuram-se como serviço de natureza continuada, assim torna-se conveniente, em razão dos custos envolvidos na sua contratação, um dimensionamento maior do prazo contratual, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de que cabe citar, por exemplo, evitar custos administrativos com contratações repetitivas que ensejariam dispêndios, haja vista que, a necessidade e conveniência de manter disponíveis os serviços elencados neste instrumento são imprescindíveis à Administração pelos motivos ora expostos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação não guarda relação com nenhuma outra contratação presente ou futura no âmbito deste Ministério, sendo que é uma contratação independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento do Órgão

Item 77 - (Prestação de Serviços de Copeiragem), Plano Anual de Contratações de 2022, conforme o Despacho SEINP (SEI 9380782) no Processo nº: 01245.002254/2021-95.

12. Resultados Pretendidos

A Administração espera com a contratação em tela obter o necessário atendimento aos servidores e visitantes do MCTI e que os servidores mantenham exclusiva dedicação às atividades fins que lhe competem, quais sejam:

- a) a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas públicas de ciência e tecnologia;
- b) a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;
- c) o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes à ciência e tecnologia.

13. Providências a serem adotadas

Devido às constantes mudanças nas legislações relativas às contratações públicas e relativas à gestão e fiscalização de contratos administrativos, assim como a rotatividade dos agentes de fiscalização e gestão dos contratos desta Divisão, torna-se necessário a capacitação constante dos servidores que atuarão nas demandas de contratações, na gestão e na fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação está alinhada com a política de contratações sustentáveis do Plano de Gestão de Logística Sustentável e procura atingir a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Esta contratação não acarreta em impactos para o meio ambiente por não haver aquisições nem consumo de materiais, água ou energia.

15. Declaração de viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento declara que a contratação pretendida é viável devido:

À disponibilidade, uma vez que há no mercado empresas especializadas para atender à demanda;

À possibilidade, uma vez que a demanda se enquadra na categoria de serviços comuns, que trata o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas encontrada no mercado;

À exequibilidade, uma vez que a pesquisa de preços de mercado demonstrou que os valores referência para a contratação são compatíveis para os serviços pretendidos.

À efetividade, uma vez que a disponibilidade, a possibilidade e a exequibilidade atendem à necessidade deste MCTI para a contratação dos serviços que são indispensáveis ao cumprimento de sua missão institucional.

Equipe responsável designada pela PORTARIA MCTI nº 5.254, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, publicada no Boletim de Serviço nº 21 - Brasília, 31 de outubro de 2021.

16. Da Participação ou não de Cooperativas

Não se aplica a participação de Cooperativas, uma vez que é vedada a participação de cooperativas em licitação quando para o serviço houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, conforme enunciado da Súmula 281 do TCU e em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;

"SÚMULA Nº 281

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade".

17. Da participação ou não de consórcio

Poderá participar consórcio de pessoas jurídicas, desde que observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Membro da equipe de planejamento: Uéliton José Duarte	Matrícula SIAPE: 2008637	CPF: 881.191.491-49
Membro da equipe de planejamento: Edmilson Rodrigues Barroso	Matrícula SIAPE: 0662253	CPF: 397.996.541-49

Referência: [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 40, de 22 de maio de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Uéliton José Duarte, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 03/01/2023, às 15:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmilson Rodrigues Barroso, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 03/01/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10716148** e o código CRC **C4169A3F**.